



## **ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 3, DE 22 DE MAIO DE 2018**

*Esclarece sobre a “data da disponibilização do cadastro pelo CGen” para fins de aplicação do disposto nos artigos 36, 37 e 38 da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e dos arts. 103, 104 e 118 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016*

**O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO - CGen**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e o Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Para fins de aplicação do disposto nos artigos 36, 37 e 38 da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e dos arts. 103, 104 e 118 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, entende-se por “data da disponibilização do cadastro pelo CGen”:

I - a data de disponibilização de versão do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen – que contenha todas as funcionalidades necessárias à realização, pelos usuários, do cadastro das atividades de que trata o § 4º do art. 22 do Decreto nº 8.772, de 2016, decorrentes da aprovação das Resoluções CGen nºs 6, 7 e 8, de 20 de março de 2018; e

II - a data de disponibilização ao usuário que obteve autorização durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, de cadastro que contenha a autorização já emitida pelo CGen ou pelas instituições credenciadas nos termos do inciso V do art. 15 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001;

III - a data da disponibilização do SisGen, nos termos da Portaria SECEX/CGen nº 01, de 03 de outubro de 2017, para todos os demais casos.

§ 1º A contagem dos prazos previstos na Lei nº 13.123, de 2015, e no Decreto nº 8.772, de 2016, relacionados à disponibilização do cadastro e do sistema inicia-se a partir da data de publicação de ato oficial do Secretário-Executivo do CGen que indique a:

I – disponibilização de versão do SisGen que contemple a implementação das funcionalidades a que se refere o inciso I do **caput**; nos casos que se enquadrem no inciso I do **caput**;

II - realização de cadastro que contenha a autorização já emitida durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, nos casos que se enquadrem no inciso II do **caput**;

§ 2º Para todos os demais casos, nos termos do Parágrafo único do art. 1º da Portaria SECEX/CGen nº 01, de 03 de outubro de 2017, a contagem dos prazos previstos na Lei nº 13.123, de 2015, e no Decreto nº 8.772, de 2016, relacionados à disponibilização do cadastro e do sistema inicia-se a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Orientação Técnica entra em vigor na data de sua publicação.

**RAFAEL DE SÁ MARQUES**

Presidente

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético